

Povos Indigenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: Pacto Amazônico
 Data: 16.11.77 Pg.: 12



Santa Helena do Uairém, a fronteira amazônica à espera da união que possibilite o progresso

Suspeitas dificultam a criação do pacto

LÚCIO FLÁVIO PINTO
 Nosso correspondente

Os principais países com áreas amazônicas no Continente latino-americano já chegaram à conclusão de que só uma organização ampla, semelhante à existente na Bacia do Prata, poderá permitir uma ocupação conjunta dessas regiões, onde se presume existirem recursos naturais suficientes para contribuir poderosamente para o desenvolvimento nacional. Porém todos parecem reconhecer que dificilmente será possível construir essa organização nos próximos anos porque as suspeições mútuas, geradas por visões políticas conflitantes, ainda impedem a formação de um pacto como o proposto pelo governo brasileiro.

A necessidade de um esforço comum e integrado entre os países amazônicos é consequência das próprias carências dessas regiões: fisicamente, elas formam um conjunto mais ou menos homogêneo, porém a ação institucional é dificultada pela existência das fronteiras, que só não se constituem obstáculos intransponíveis aos índios e aos contrabandistas, as duas principais presenças humanas. O Brasil, por exemplo, vem desenvolvendo um programa de pesquisas para descobrir as origens e causas das enchentes anuais do rio Amazonas. Sabe-se que o degelo nos Andes é um fator importante, mas alguns técnicos consideram igualmente relevantes as chuvas e as erosões existentes nas nascentes do Amazonas e dos rios que o formam. A confirmação dessas hipóteses, entretanto, só seria possível se houvesse colaboração técnica do Peru e da Colômbia, pois o Amazonas drena águas desses dois países.

Esse tipo de colaboração é indispensável para um combate eficaz ao contrabando, responsável em grande parte pelas matanças de animais e destruição da flora comercializável, e para a demarcação final das fronteiras, nas quais existem apenas 940 marcos, que, em alguns pontos, chegam a distanciar-se mais de 50 quilômetros.

Assim, não faltarão temas para acordos que os países da área se dispuserem a assinar. Uma das questões mais importantes, que integra o projeto enviado pelo governo brasileiro para a consulta do presidente da Venezuela, refere-se à navegação comercial — a mais ampla e livre possível — no curso dos rios pertencentes à região amazônica. Ela seria permitida desde que os países se comprometessem a cumprir os regulamentos fiscais e policiais que forem estabelecidos para a área.

Esse acordo de navegação, o mais importante que os países amazônicos poderão vir a assinar, mostra as possibilidades e limitações existentes para a criação de um pacto amplo. O frete pago pelas embarcações brasileiras que trafegam no rio Amazonas é elevadíssimo, a ponto de ser mais caro levar um produto de Belém para Manaus do que do Rio de Janeiro para Belém. Até agora, ninguém explicou convenientemente porque o frete fluvial é muito mais caro do que o marítimo, mas esse ônus tem sido tão pesado para os Estados brasileiros desta região que, constantemente, eles vêm solicitando ao governo que considere o Amazonas um braço de mar, a fim de substituir o frete fluvial pelo marítimo.

O projeto que o governo brasileiro propôs à Venezuela não diz explicitamente se pretende internacionalizar o rio Amazonas, estabelecendo para a sua bacia um regulamento fiscal especial, semelhante ao de uma zona franca. Internacionalizar o Amazonas é uma proposta antiga, repetida diversas vezes no século passado e novamente apresentada na década de 40, sem conseguir no entanto tranquilizar setores — dentro e fora do País — que a consideram perigosa à segurança nacional.

Um projeto com essa amplitude teria, assim, a inconveniência

de reforçar as desconfianças que ainda subsistem entre os países da região. Desde 1971, quando o general Médici se encontrou com o presidente da Colômbia, Misael Pastrana Borrero, o Brasil vem apresentado a proposta para a formação de uma grande organização amazônica, mas, embora menor atualmente, a desconfiança sobre possíveis intenções ocultas tem sido a tônica da reação dos demais países. Para eles, ainda é forte a imagem de um subimperialismo, desejoso de expandir-se pelas áreas vizinhas e capaz de formar acordos nesse sentido com o imperialismo central.

Se, do ponto de vista interno brasileiro, a internacionalização do rio Amazonas oferece vantagens evidentes, na ótica continental ela envolve riscos que alguns países não parecem dispostos a aceitar. Seria indispensável então oferecer maiores garantias e estabelecer limitações capazes de eliminar esse temor, em grande parte justificado.

O impedimento principal à execução do pacto sugerido pelo governo brasileiro é o relativo vazio demográfico das Amazonas, especialmente nas áreas fronteiriças. A rigor, há apenas cinco núcleos mais significativos: dois no Acre, nos limites com Peru e Bolívia, Tabatinga-Leticia, entre o Amazonas e a Colômbia; São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas; e a fronteira entre Roraima, Venezuela e Guiana. Nenhuma das frentes econômicas nacionais atingiu esses pontos extremos, que, por estarem desligados das áreas centrais, formam um conjunto mutuamente independente. O Brasil é o País que mais ocupou sua área amazônica (os esforços de Colômbia e Peru ainda são reduzidos), mas a região de fronteira continua isolada e deverá se manter assim, porque o projeto da Perimetral Norte, estrada de penetração nessa área, está congelado.

O que os países podem fazer é facilitar a navegação na imensa mas pouco explorada Bacia Amazônica, realizar projetos comuns para a ampliação da precária infra-estrutura disponível na região e intensificar programas de intercâmbio, sobretudo técnico. Face às resistências à criação de uma organização ampla, esse relacionamento continuará sendo feito a nível bilateral e visando questões bem específicas, apesar de todos considerarem imprescindível chegarem, no futuro, a uma integração internacional.

O padrão talvez seja obtido pelo que já foi alcançado através da comissão mista Brasil-Peru. Atualmente, ela procura identificar os itens da pauta de comercialização entre os dois países, tanto de um para o outro como, internamente, entre as regiões centrais e as amazônicas, e definir um esquema especial que permita a intensificação do intercâmbio sem as amarras das normas comuns do comércio internacional.

Todos os entendimentos bilaterais entre o Brasil e Peru têm conduzido a projetos específicos: a Sudam tenta obter atualmente estágio de técnicos peruanos em papel e celulose nas instalações do Projeto Jari, no Pará, enquanto abre outros acordos para a troca de experiências no setor da piscicultura e de criação de búfalos. Até a próxima reunião da XXX Comissão, os técnicos esperam elaborar uma pauta de produtos que os dois países podem comercializar entre sua Amazonas.

Os técnicos já envolvidos nesses entendimentos acham que só assim será possível avançar com segurança no rumo de um entendimento geral e mais profundo. Não se espera que a visita do presidente venezuelano signifique a assinatura de acordos mais sensacionais do que os celebrados com o Peru, nem que haja uma adesão imediata dos outros países. Mas será um novo passo para ampliar as relações de país a país, que, além do Peru, passam a envolver agora a Venezuela.

No grupo andino, o ponto de resistência

MÁRIO-LÚCIO FRANKLIN

Como conciliar pragmatismo brasileiro e romantismo boliviano? É possível integrar a América Latina com estratégias divergentes? Eis algumas questões que, certamente, estão sendo colocadas em Caracas, Bogotá, Quito e Lima, no momento em que Geisel e Andrés Bello começam a discutir o pacto amazônico. Pois raras vezes o Brasil conseguiu ajustar sua política exterior à realidade vital, dinâmica e histórica do grupo andino.

A troca de idéias sobre o pacto, que começou por volta de 1932, quando os peruanos ocuparam Leticia, na Colômbia, ainda sugere muitas reflexões. De lá para cá, o aproveitamento conjunto de recursos amazônicos foi estudado por várias Chancelarias andinas, com algumas diferenças de estilo. Essas diferenças de estilo, observadas ainda hoje, foram determinadas pela formação política de cada governante andino, e pela natureza das pré-condições existentes em cada país.

Já em 1939, analistas e diplomatas latino-americanos sugeriam que a política exterior da Colômbia e Peru deveria mover-se num eixo Washington-Rio de Janeiro, mas sem desprezar o objetivo de multiplicar e aperfeiçoar as relações com os demais países da área andina. O que se visava, basicamente, era à preservação de uma possibilidade de aliança com o Brasil e, ao mesmo tempo, de sedimentar um bloco de nações ligadas por laços históricos comuns.

Esta proposição, porém, não resultou em ações concretas, pois o grupo andino acabou optando por estratégias distintas para ajustar suas instituições às exigências do seu desenvolvimento interno. Frequentemente, os países andinos adotaram uma política rígida de comercialização dos seus produtos, acreditando que, assim, poderiam elevar a participação das massas no processo econômico. O imperialismo brasileiro, um lado da questão, surgiu apenas em 1947, no bojo da intensa propaganda peronista que culminou com o triunfo do justicialismo na Argentina. Nesta época, durante a luta eleitoral, alguns dos principais líderes, a pretexto de destruir o eixo Washington-Rio de Janeiro, propunham-se a impedir o que, nos anos seguintes, se chamaria hegemonia brasileira no continente. As velhas rivalidades, anteriores a Peron, e as dificuldades que se seguiram, sobretudo após a formação da ALALC, ainda perduram como pressupostos de política interna, servindo à discussão de especialistas.

A integração amazônica, da qual Brasil, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Guiana e Suriname seriam condôminos, é um caso típico. Vistos multilateralmente, os andinos nunca aceitaram o ponto de vista brasileiro de que, no que concerne à integração amazônica, todos os meios de cooperação devem ser estudados e postos em prática, sem que isto signifique — como se chegou a enunciar — uma intervenção em sua própria opção. Desta forma, muitas das decisões andinas em relação ao Brasil, principalmente em projetos de complementação econômica, foram tomadas de fato, não como sinal de relutância, mas como referência clara aos interesses que vêm de fora. Com uma visão ainda anacrônica de comércio, e um intercâmbio progredindo em bases modestas, os andinos insistiram, durante longos anos, em que a integração só se justificaria através do desenvolvimento harmônico da sua sub-região. Enquanto o Brasil defendia o ponto de vista de que ela não seria a única forma de atingir o desenvolvimento. Que deveria ser, antes de tudo, um esforço isolado, bilateral e multilateral, não havendo relação de causa e efeito entre uma coisa e outra.

Esta diferença de filosofia, provavelmente, poderá ser o

pano de fundo do encontro entre Geisel e Pérez. Pois ela está subjacente na própria história das relações do Brasil com os países do Pacto Andino. Em 1966, por exemplo, quando o Governo brasileiro se empenhava na Operação Amazonas, deflagrada por Castelo Branco, continuada por Costa e Silva até a sua morte em 1968, e posteriormente por Médici, a Colômbia, fiel à sua vocação andina, mal tinha completado a ligação Caquetá-Putumayo, dentro do seu território. Assumindo o governo — motivado pelo Peru e Venezuela, o primeiro desenvolvendo um discreto trabalho de ocupação fronteiriça —, López Michelsen procurou apenas estabelecer vias de comunicação com o Peru, a fim de aproximar as longínquas comarcas colombianas do Loreto peruano. Porque Leticia, ponto de contacto com o Brasil, sempre foi para Bogotá um porto esquecido, desvinculado do resto do país. Hoje, seus habitantes pagam ao fisco na mesma proporção que os capitalistas das grandes cidades do país, e o Pacto Andino funciona no sentido de agrupar seus membros como uma grande teia de nações que se opõem à política imperialista do Brasil.

Como a Colômbia, que perdeu boa parte do seu território do Panamá às terras do rio Negro, o Peru também se mostrou infenso a projetos de cooperação, submisso à sensação de que o status territorial da América Latina ainda não fora definido. A partir de 1965, quando Belaúnde Terry declarou zona livre de impostos, pelo prazo de 15 anos, toda a região do Loreto, os militares peruanos — por ideologia dogmática ou vaidade nacional — tornaram-se reticentes. O primeiro governo militar, de Velasco Alvarado, calcado num nacionalismo exacerbado, optou pela integração apenas ao nível da sub-região a fim de proteger os seus interesses nacionais. Este é, na verdade, o objetivo estratégico na sua rodovia de penetração que, partindo de Chiclayo — inaugurada em junho passado, — segue a rota de Olmos, Rioja e Tabaloso. Ligando o litoral com as principais cidades do Departamento de San Martín, na Amazônia peruana.

Quase a mesma posição, com alguma diferença de matiz, prevaleceu durante muitos anos no Equador, país magoado com a atuação brasileira no Protocolo do Rio de Janeiro, onde o projeto da via interoceânica, escoadouro natural da produção amazônica, seria o grande fator de integração, atravessando o continente em sua maior largura, ativando o intercâmbio comercial entre a Amazônia de um e outro país e o tráfego fluvial da região. A descoberta de petróleo no oriente equatoriano e, posteriormente, o ingresso do Equador na OPEP, contribuíram para o esfriamento, sobretudo durante o governo de Guillermo Rodríguez Lara.

País com sérios problemas de integração racial, e com dissensões internas no plano político-ideológico, comumente projetadas em diversas negociações, o Equador tem hoje poucos líderes capazes de ampliar, em futuras conversações, a proposta de Geisel aceita por Pérez. Como os demais andinos, voltados historicamente para uma estéril confrontação, ele poderá retirar de si qualquer poder de decisão sobre a integração amazônica, entregando-o ao organismo multilateral da Junta de Cartagena. Se a visita de Pérez, porém, puder eliminar estas divergências, talvez seja possível ajustar uma estratégia que converta os Andes numa entidade real e próxima, com um destino e uma empresa claramente configurados. Neste caso, fica desmentida a sabedoria anônima do camponês de Rubio, terra natal de Andrés Bello. Que, aliás, costuma contar a história do amigo que, tendo recebido a visita de um padre, pediu ao sacerdote que, em vez de abençoar os seus campos, fosse amaldiçoar os do vizinho.